

O SR. DONISETE BRAGA - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários, telespectadores da TV Assembleia, agradeço ao nobre Deputado Isac Reis que me indicou para falar pela Minoria. Hoje a nossa Presidente Dilma Rousseff lançou o Plano Brasil Maior, que tem como objetivo inovar para competir, e competir para crescer. O plano é a nova política industrial, tecnológica de serviços e de comércio exterior do Governo Federal. Esse projeto objetiva a proteção da indústria nacional.

Eu quero, aqui, registrar a importância desse plano apresentado hoje pela nossa Presidente Dilma para nós que moramos no País importante da América Latina, importante pelo seu tamanho, seu potencial de geração de emprego e renda hoje aliada à política afirmativa do Governo Federal. A Presidente Dilma apresenta um plano como esse, além de dar estímulo à inovação com desoneração tributária de impostos sobre produtos industrializados, o IPI, e, também, de bens de investimento. Será por 12 meses a redução dos impostos sobre bens de capital como para materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves.

É uma medida de desoneração tributária importante porque, primeiro, estamos assistindo essa crise nos Estados Unidos, uma grande potência mundial, e o nosso Brasil está caminhando de forma segura, pacífica e consolidada com a economia brasileira.

Nós entendemos que é fundamental quando a nossa Presidente apresenta um plano que, acima de tudo, estabelece uma política para dar segurança às indústrias do nosso País. Eu digo isso, Sr. Presidente, porque temos que fazer a lição de casa aqui no Estado de São Paulo.

Hoje, temos dialogado com vários segmentos que representam a nossa economia, a nossa indústria como a própria Fiesp. O Governo do Estado de São Paulo precisa, urgentemente, ter sintonia com a política do Governo Federal porque, se hoje o nosso País depende da política econômica, para que as empresas possam crescer e ter segurança em relação aos investimentos, o Estado de São Paulo é a nossa grande locomotiva.

Hoje percebemos que o Paraná e Minas Gerais têm crescido na questão das grandes indústrias. Eu nasci no Interior do Estado de São Paulo, na região da Alta Paulista. Quando vim para São Paulo, tínhamos investimento na agropecuária, agricultura, café, arroz e feijão.

O nosso Interior se transformou hoje nas grandes usinas do Estado de São Paulo. Nós temos que redefinir a vocação do nosso Interior, a região do Ribeirão Preto. Sem dúvida, o Município de Ribeirão Preto precisa redescobrir a sua vocação, a mesma coisa a região de Presidente Prudente, Vale do Ribeira que é uma região extremamente pobre.

O Governo do Estado também precisa redefinir a vocação industrial e comercial para que possamos caminhar nessa sintonia importante e fundamental que a nossa Presidente Dilma Rousseff tem estabelecido na política de investimento e fortalecimento das indústrias que geram a riqueza do nosso País.

A política para fortalecer as pequenas e médias empresas é fundamental porque são elas que mais empregam no nosso País. Sem dúvida, quando o Governo Federal estabelece política afirmativa, segura onde o empresário, o empreendedor poderá investir e ter a segurança de que o País vai ter controle da inflação vai ter a economia segura, o crescimento é padrão para todas as regiões.

Nós não queremos mais que apenas a região Centro, Sudeste sejam mais ricas que regiões Norte e Nordeste. Nós queremos que o nosso Brasil cresça de forma padronizada, com inclusão social, com educação, com inovação e com a tecnologia. Eu acho que esse é o grande desafio do nosso País.

Eu acredito na política que a Presidente Dilma tem, hoje, procurado exercer e não tenho dúvida que o nosso Estado de São Paulo tem grande importância para a questão do meio ambiente, para questão educacional, mas, acima de tudo, para inclusão social no nosso País, especialmente no Estado de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários, assessores, depois de quase um mês de recesso, retorno a esta tribuna e o assunto ainda é o mesmo, a questão do meio ambiente, a questão da destruição da fauna e flora na região de São José do Rio Preto, no Município de Palestina, onde por um ato federal, na gestão passada, aconteceu o Decreto nº 5.025, de 20 de março de 2004, que dispõe sobre o Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica, o Proinfa, a primeira etapa, e dá outras providências.

O decreto foi muito bem elaborado e dá condição a empresas de construírem usinas hidroelétricas em pequenos rios. Mas, infelizmente, nós, da Região Noroeste, estamos sendo contemplados com duas pequenas usinas hidrelétricas. Já estão lá fazendo demarcações e estamos começando a ver a obra que vai destruir mais de 100 alqueires, inundando e destruindo a vegetação, acabando com os animais de várias espécies.

Nós tivemos a preocupação de estar no local. Quero que coloque a imagem do vídeo, por favor. Essa é a cachoeira do Talhadão. Nós estivemos lá no domingo retrasado com várias pessoas. Ai estão os arqueólogos, o engenheiro civil.

Nós temos lá uma Associação de Pescadores Ambientalistas, também a Associação em Defesa do Meio Ambiente nos Rios Turvo e Preto e também a cachoeira do Talhadão, que é a única do Estado de São Paulo desse porte e que em breve, infelizmente, não a teremos mais e sim uma barreira de concreto com uma turbina apenas que vai gerar energia por apenas oito meses. Ela vai ficar parada por quatro meses por não ter água nesse local.

Ai estão todos os pescadores, moradores, pessoas da associação. Estamos dando as mãos na parte de baixo da cachoeira, justamente para deixar marcado para o Estado de São Paulo, para as Sras. e os Srs. Deputados o porquê estamos usando esta tribuna. Porque nesse lugar será construída uma usina hidroelétrica e que acabará com a única cachoeira do Estado de São Paulo que ainda tem resquícios de índios que ali moraram, de jesuítas que por ali passaram, enfim, toda uma situação arqueológica vai sumir infelizmente.

Quero deixar aqui o nosso pedido à Assembleia Legislativa para encampar conosco a luta ‘Mãos dadas em prol da Cachoeira do Talhadão”. Esta é a camisa que está sendo vestida por associações, por representações ambientalistas e por Câmaras Municipais, que estão fazendo moções pedindo o tombamento desta área com o fim de preservar para os nossos filhos, para os nossos netos um lugar sem igual.

A nossa indignação pelo que vem acontecendo. O meio ambiente está pedindo ajuda. A onça-parda que já está com poucos exemplares vai sumir porque no entorno desta APP só tem plantação de cana, não tem mais mata ciliar, não tem mais nada. O macaco também será extinto naquela região.

Portanto, fica o nosso pedido às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados para encampar esta luta em prol do meio ambiente, já que pouco podemos fazer.

Esta associação está lançando folhetos e disponibilizando um site para que você meu amigo, minha amiga, que nos assiste pela TV Assembleia, possa participar de um grande abaixo-assinado eletrônico.

Você pode acessar o www.salvoturvoo.com.br e ser mais um na luta contra a degradação do meio ambiente, da fauna e da flora aqui no Estado de São Paulo, mais especificamente na região noroeste do Estado de São Paulo.

O SR. EDSON FERRARINI - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes, solicito a suspensão da sessão até as 17 horas.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Em face do acordo entre as lideranças a Presidência suspende a sessão até as 17 horas.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 42 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 03 minutos, sob a Presidência do Sr. Barros Munhoz.

O SR. ENIO TATTO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, senhores funcionários, bom retorno a todos.

Sr. Presidente, venho à tribuna para lamentar um veto do governador do estado.

Esta casa fez um belo trabalho no primeiro semestre sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Pela primeira fez a bancada do PT votou favorável a um relatório, que não foi perfeito como gostaríamos, da deputada Regina Gonçalves, do PV. Tivemos pelo menos cinco grandes avanços que elenquei aqui quando declaramos o voto favorável à Lei de Diretrizes Orçamentárias. O principal avanço foi a regionalização do Orçamento, cobrada em todas as audiências públicas realizadas pela Comissão de Finanças e Orçamento no Estado de São Paulo. Regionalização defendida por praticamente todas as bancadas e pela grande maioria dos parlamentares desta Casa. Foi aprovada por unanimidade pelos 94 deputados. Nenhum deputado votou contra, nenhuma bancada registrou voto contrário a esse item. Mais do que isso, o líder do governo participou da construção desse acordo e votou favorável. Quando o líder do governo vota favorável significa que o governo aceita, que o governo concorda. E foi isso que aconteceu no dia em que votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, nos surpreende muito o veto do governador Geraldo Alckmin a esse item da regionalização.

Sr. Presidente, já que foi uma votação unânime, esta casa tem obrigação de derrubar esse veto, de restabelecer a vontade da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a vontade de todos os partidos políticos e de todos os deputados.

É um grande avanço porque após a aprovação do Orçamento do estado ficamos sabendo a quantidade de dinheiro em que vai ser investido, em cada região do Estado de São Paulo. Por exemplo, quando se fala que duas mil casas serão construídas, saberemos quanto elas vão custar, em cada região: São José do Rio Preto, São José dos Campos, Jundiaí ou Ribeirão Preto.

É isso que estamos defendendo em todas as áreas do Orçamento. Isso foi aprovado aqui. E o argumento do governo de dizer que é inconstitucional. Mesmo porque o governo de Minas gerais, que também é administrado pelo PSDB, adota a regionalização no Orçamento há muitos anos, e nunca foi cobrada inconstitucionalidade. Nunca teve esse problema. O Governador Geraldo Alckmin e o Secretário do Planejamento foram consultados e concordaram com esse item que defendemos todos os anos. Infelizmente, na hora de sancionar, o governador o vetoou.

Então, a bancada do PT está protestando e pedindo para que esta Casa tome a decisão de derrubar esse veto. Caso contrário, será uma humilhação, uma desmoralização para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. É pouco avanço? É, mas é avanço. E não pode simplesmente ser ignorado por uma intervenção direta do governo do Estado de São Paulo em algo importante para o Estado de São Paulo, para as prefeituras, para a população, para as entidades de todo o estado que reivindicam e concordam coma regionalização.

Quero registrar esse protesto e pedir que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo derrube esse veto e restabeleça o que foi aprovado por unanimidade. Falamos sobre isso hoje no Colégio de Líderes, deixamos essa discussão para a próxima semana. Tenho certeza que o presidente vai se empenhar porque concordou, votou favorável a esse item do Orçamento. Na próxima semana vamos retomar essa discussão, derrubar o veto e restabelecer aquilo que aprovamos por unanimidade nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEN DO DIA

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Sobre a mesa o seguinte requerimento: “Exmo. Sr. Presidente Barros Munhoz, através desse requer-se, conforme Art. 35 da XIV Consolidação do Regimento Interno, a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar do IV Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas, que será realizado no dia 03 de agosto de 2011, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no Plenário Teotônio Vilela, Praça Floriano Peixoto, s/nº, Cinelândia, Rio de Janeiro.” Assina o Deputado José Cândido, com número regimental de assinaturas. A Comissão é constituída pelo nobre Deputado José Cândido e pelo assessor Josué Ferreira.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência adita à Ordem do Dia da Sessão Ordinária de amanhã o Projeto de Decreto Legislativo nº 65/2009, que susta o Decreto nº 54 716/2009, que transfere para o gabinete do Secretário da Segurança Pública a Corregedoria Geral da Polícia Civil.

Havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje e o aditamento anunciado.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 11 minutos.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 4/08/2011

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

CARLOS ALEXANDRE AMORIM DE JESUS, RG nº 309494321, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 01/08/2011.

(Decisão nº4692/2011);

CLAUDIO CANDIDO, RG nº 11224088, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AGENTE DE SEGURANÇA PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº4693/2011);

LUZINETE FREITAS ALVES, RG nº 130834373, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº4694/2011);

MARCELO ANTONIO DA SILVA, RG nº 199957265, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AGENTE DE SEGURANÇA PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 05/08/2011.

(Decisão nº4695/2011);

PAULO DA SILVA GONÇALVES, RG nº 442139007, do cargo que vem exercendo, em comissão, de JORNALISTA, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei nº 12803/2008, a partir de 05/08/2011.

(Decisão nº4696/2011);

RENATA CRISTINA ALVES, RG nº 345335958, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE TÉCNICO PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº4697/2011);

NOMEANDO, nos termos do inciso II do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, em virtude de aprovação em concurso público:

MARCIA CAROLINA MARRA DE OLIVEIRA, RG nº 4623306, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo VIII - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da aposentadoria de MARCIA MARGARETH HORTOLAN.

(Decisão nº4698/2011);

MELISSA RAVANINI MAGALHÃES, RG nº M8256446, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo VIII - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da aposentadoria de ELENY CORINA HELLER.

(Decisão nº4699/2011);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

CICERO ALMEIDA DOS SANTOS, RG nº 23207234, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de LUZINETE FREITAS ALVES.

(Decisão nº4700/2011);

CLAUDIO CANDIDO, RG nº 11224088, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga pela referida Lei.

(Decisão nº4701/2011);

FLAVIO HUMBERTO MORBIO FILHO, RG nº 26806070, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de JORGE ANTONIO PEREIRA, ficando exonerado do cargo de AGENTE DE SEGURANÇA PARLAMENTAR na data de sua posse.

(Decisão nº4702/2011);

FLÁVIO MARQUES RIBEIRO, RG nº 32672326-2, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de RENATA CRISTINA ALVES.

(Decisão nº4703/2011);

HEITOR JOSÉ DE OLIVEIRA CLARO, RG nº 18537356, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei, ficando exonerado do cargo de AGENTE DE SEGURANÇA PARLAMENTAR na data de sua posse.

(Decisão nº4704/2011);

JORGE ANTONIO PEREIRA, RG nº 20365069, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei, ficando exonerado do cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR na data de sua posse.

(Decisão nº4705/2011);

LEANDRO ROBERTO SOPHIA, RG nº 22556729-5, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de MARCELO SAMPAIO ALVARENGA.

(Decisão nº4706/2011);

LUIS FELIPE DO VALLE RIBEIRO, RG nº 32701066-6, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei.

(Decisão nº4707/2011);

LUIZ CARLOS ELOY JUNIOR, RG nº 40544256-7, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei.

(Decisão nº4708/2011);

MARCIA BARBIN MENTZEL, RG nº 19840860, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de SEBASTIÃO APARECIDO MACHADO, ficando exonerado do cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PARLAMENTAR na data de sua posse.

(Decisão nº4709/2011);

MARCIO ANTONIO DOS SANTOS, RG nº 22625659, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei.

(Decisão nº4710/2011);

SILVANA DE SOUZA BEZERRA, RG nº 7547314-8, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei.

(Decisão nº4711/2011);

TORNANDO SEM FEITO:

a Decisão nº 4558/2011, publicada em 20/07/2011, de nomeação de JOSE DE ASSIS SOLIS GARCIA, RG nº 17990757, do cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº4713/2011);

a Decisão nº 4554/2011, publicada em 20/07/2011, de nomeação de FLAVIO MARQUES RIBEIRO, RG nº 32672326, do cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96.

(Decisão nº4712/2011);

a Decisão nº 4193/2011, publicada em 15/06/2011, de nomeação de LUIS FELIPE DO VALLE RIBEIRO, RG nº 32701066-6, do cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº4714/2011);

a Decisão nº 4559/2011, publicada em 20/07/2011, de nomeação e de exoneração de RENATA CRISTINA ALVES, RG nº 34533595, dos cargos de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR e ASSISTENTE TÉCNICO PARLAMENTAR, respectivamente, ambos do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96.

(Decisão nº4715/2011);

DECLARANDO: que na Decisão nº 4190/2011, da Mesa, publicada em 15/06/2011, a exoneração de LUIS FELIPE DO VALLE RIBEIRO, RG nº 327010666, deve ser considerada a partir de 08/07/2011.

(Decisão nº4716/2011);

CESSANDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, dos funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 20519, PAULA ALESSANDRA FERREIRA DA PAZ MARTINS, a partir de 01/08/2011

(Decisão nº 4717/2011);

Mat 20518, HAMILTON DO NASCIMENTO FREITAS, a partir de 01/08/2011

(Decisão nº 4718/2011);

Mat 3370, MARISA FERNANDES DA SILVA SPINARDI, a partir de 01/08/2011

(Decisão nº 4719/2011);

ATRIBUINDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, para os funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 17923, ANTONIO DE OLIVEIRA, GED Nível X, a partir de 01/08/2011

(Decisão nº 4720/2011);

Mat 18921, THIAGO CALIO SANCHES, GED Nível VII, a partir de 01/07/2011

(Decisão nº 4721/2011);

Mat 20957, LUIZ ESCANUELA BELESSO FILHO, GED Nível VII, a partir de 01/07/2011

(Decisão nº 4722/2011);

Mat 21236, CARLOS ALBERTO GARCIA FRESQUI, GED Nível VIII, a partir de 01/08/2011

Mat 16436, HAIDEE YURIKO NAKANDAKARE, GED Nível IX, a partir de 01/08/2011

(Decisão nº 4723/2011);

Mat 13253, REGINA DE SOUZA MOREIRA, GED Nível IX, a partir de 01/08/2011

(Decisão nº 4723/2011);

Mat 20036, ANTONIO ALVES NETO, GED Nível IX, a partir de 01/06/2011

Mat 16651, GERALDO DOS REIS, GED Nível III, a partir de 01/06/2011

Mat 22158, SAMUEL DE OLIVEIRA, GED Nível VII, a partir de 17/05/2011

(Decisão nº 4724/2011);

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE APOSENTAR, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/05 e no artigo 201, § 9º da Constituição Federal, a senhora ELIZABETH MARA GELFUZO, R.G. nº 020.415.250-1, matrícula nº 4373, Auxiliar Legislativo de Serviços Operacionais, efetiva do SQC – II do quadro desta Secretaria, visto contar com 28 (vinte e oito) anos e 11 (onze) meses de serviço público e 02 (dois) anos e 01 (um) mês de serviço prestado à iniciativa privada, conforme certidão do INSS, perfazendo um total de 31 (trinta e um) anos de serviço como consta do Título de Liquidação de Tempo de Serviço nº 48/2011, expedido por esta Secretaria em 05 de julho de 2011, ficando-lhe assegurados os proventos mensais correspondentes a:

- Nível I, Grau E, da Escala de Classes e Vencimento, anexo VIII, a que se refere o artigo 68 da Resolução nº 776/96;
- Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar nº 813/96;
- Gratificação Legislativa, instituída pela Lei nº 8238/93;
- Adicional por Tempo de Serviço, incidente sobre os Itens 1, 2 e 3;

- Sexta-Parte incidente sobre os Itens 1, 2, 3 e 4;
- Adicional de Insalubridade atinente a 60/60 (sessenta, sessenta avos) de 40% (quarenta por cento) do valor de dois pisos nacionais de salários, concedido nos termos da Lei Complementar 432/85;

Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional.

(Decisão nº 4725/2011);

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE APOSENTAR, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/05 e no artigo 201, § 9º da Constituição Federal, a senhora LAURA YONEDA KAWAI, R.G.